

APRESENTAÇÃO

No estado de Mato Grosso e nas demais regiões do Brasil, a preocupação com a formação inicial e continuada de professores tem sido uma constância, juntamente com a necessidade de avanços no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, nos diferentes níveis da educação escolar.

O **Fórum das Licenciaturas Araguaia**, a partir da edição de 2018, vem ampliando os espaços de aproximação e de diálogo entre as licenciaturas do Campus Universitário do Araguaia da Universidade Federal de Mato Grosso e a Educação Básica da Região do Araguaia e de outras regiões e estados. Como forma de consolidação do evento, apresentamos aos leitores um dossiê com temas que fizeram parte das apresentações e discussões do Fórum de Licenciaturas Araguaia realizado em 2019, com a perspectiva de contribuir com os avanços na Educação Básica e Superior e, conseqüentemente, com a formação de cidadãos que façam frente às demandas por uma sociedade cada vez mais democrática e humana.

Enfatizamos que, embora os enfoques serem diversificados, os textos buscam ampliar os debates que envolvem as práticas pedagógicas e a formação de professores na diversidade de tempos e de lugares em que elas foram sendo constituídas. Assim, este dossiê traz produções de autores que atuam na educação básica, nos cursos de licenciatura e em programas de *stricto sensu* em educação.

O artigo, **A construção de um projeto de formação continuada no contexto das políticas neoliberais: desafios coletivos**, de autoria dos professores Mauro José de Souza e Marilene Marzari, traz os desafios da construção de um projeto coletivo de formação continuada, envolvendo os cursos de licenciatura do Campus Universitário do Araguaia (CUA), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e da rede pública de educação básica, em um contexto de desconstrução de políticas democráticas de educação, conquistada a partir do processo de redemocratização do país, e da necessidade da articulação entre os níveis de educação como forma de resistir aos constantes ataques - financeiros e ideológicos - advindos do poder central, principalmente em relação às universidades públicas. Assim, o artigo elenca os principais desafios para a formação inicial e continuada de professores diante da precarização de investimentos no setor público, da individualização de práticas estimuladas pela meritocracia e da dificuldade do trabalho coletivo. Porém, destacam que o Fórum é um espaço importante de resistência às investidas das políticas neoliberais.

Os autores Hidelberto de Sousa Ribeiro e Victor Alves Santos, no artigo **A conjuntura atual do Brasil e o ensino de Geografia**, discutem a respeito da relação entre a conjuntura político-econômica atual do Brasil e suas implicações do ensino de Geografia. Os autores destacam que vivenciamos uma conjuntura pautada na ideologia denominada “escola sem partido”, que tem incessantemente intimidado e fragilizado as práticas de professores que se posicionam diferentemente da suposta neutralidade ideológica, defendida por conservadores. Nesse embate político-ideológico, a ciência geográfica e, conseqüentemente, a Geografia crítica, diferente da tradicional, tem papel fundamental tanto na formação de professores como na organização do ensino para que os estudantes se apropriem do objeto de conhecimento geográfico em sua totalidade e formem o pensamento teórico, necessário para intervir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O artigo, **A cooperação acadêmica e os processos de internacionalização**, das autoras Egeslaine de Nez e Marília Costa Morosini, analisa as mudanças em curso nos diferentes contextos políticos, econômicos, sociais e educacionais e a necessidade de, cada vez mais, produzir conhecimentos em escala global. Nesse sentido, as autoras destacam, ainda que brevemente, o processo histórico das políticas de institucionalização das universidades que, por um lado, ampliam as possibilidades de conhecimentos com impactos na política, na economia e na sociedade e, por outro, permite alternativa de financiamento privado para atender ao interesse de mercado. Além disso, a internacionalização traz, também, implicações educacionais, principalmente em relação aos processos avaliativos em larga escala. Por fim, as autoras destacam fluxos que implementem a cooperação e a mobilidade acadêmica, propondo indicativos de ações que ampliam o processo de internacionalização das universidades.

O artigo, intitulado **Dança e ginástica no Vale do Araguaia: experiências e desafios do projeto de extensão Conexão Araguaia**, com autoria de Gabriella Gonçalves Mendes da Silva, Vanessa Aparecida de Oliveira Pereira, Mineia Carvalho Rodrigues e Vitor Hugo Marani, teve como objetivo apresentar os resultados de dois projetos de extensão: o primeiro denominado “Conexão Araguaia”, desenvolvido em 2018, no qual abordaram conhecimentos da dança e ginástica, junto à comunidade interna e externa à universidade e, o segundo, “Conexão Araguaia: Formação e Intervenção em Dança e Ginástica”, em 2019, em duas escolas públicas, sendo uma em Pontal do Araguaia e outra em Barra do Garças, ambas no estado de Mato Grosso. Os autores destacam os desafios em abordar o tema nos espaços educacionais, uma vez que recebem um tratamento secundário na sociedade em seu potencial

educativo; porém, ressaltam as possibilidades de ensino-aprendizagem de diversos elementos que atravessam a dança e a ginástica em seus aspectos históricos, culturais e sociais para aprimorar as dimensões pedagógicas e instrumentais dos/as participantes.

Os autores Frederico Jorge Saad Guirra e Lino Castellani Filho discutem, no artigo, **‘Direita, volver! Forças no esporte e ... na educação: a militarização da sociedade brasileira em marcha’**, as articulações políticas que desencadearam no Golpe ao Estado Democrático de Direito brasileiro da presidenta Dilma Rousseff e à eleição de Jair Messias Bolsonaro e as perspectivas às políticas de educação, tanto na educação básica como no ensino superior, ambas voltadas aos interesses de mercado que desqualifica o ser humano em sua capacidade de formação da consciência crítica. Destaque para as Escolas Cívico-militares, implantadas em diferentes estados do país, justificadas pelos altos índices de criminalidade na sociedade e pela necessidade de disciplinar e manter a ordem. Isso se efetiva, segundo o governo, com a presença dos militares na gestão das escolas públicas e com os conhecimentos pedagógicos, balizados por uma educação militar e nos moldes do projeto da Escola Sem Partido, limitando a autonomia pedagógica dos professores.

Os autores, Magna Catia Osuna, Marcelle Karyelle Montalvão Gomes, Aníbal Monteiro de Magalhães Neto e Marly Augusta Lopes de Magalhães, trazem, no artigo, **Educação do Campo: construção de novos caminhos no Centro Municipal de Educação Básica Castro Alves – Vale dos Sonhos – Distrito de Barra do Garças/MT**, discussões a respeito da necessidade da construção de novos caminhos para o processo de ensino-aprendizagem das escolas do campo. O estudo destaca a importância do conhecimento da realidade vivenciada pelas populações que vivem na zona rural para criação de políticas públicas que atendam a modalidade de educação do campo. Essas políticas perpassam a elaboração de Projetos Político-pedagógicos, a construção de currículo, metodologias de ensino, formação inicial e continuada de professores, entre outras que atendam às necessidades e expectativas de uma população que possui especificidades e particularidades, em função do contexto sócio-espacial por elas vivenciadas.

As professoras Elisiane Medianeira Moro Tolio e Cleonice Terezinha Fernandes, no artigo **Educação física com ênfase saúde: novos caminhos na escola**, trazem os resultados parciais de uma pesquisa realizada com 19 professores de Educação Física que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental, em 14 escolas da rede estadual de Barra do Garças/MT. As autoras partem do pressuposto de que a Educação Física poderia ampliar seus espaços na educação escolar se os professores que atuam na disciplina enfatizassem mais à educação em

saúde. Para isso, as autoras pontuam a necessidade de abordar, tanto na formação inicial como na continuada, questões referentes à educação em saúde para que os professores busquem outras perspectivas ao ensino de educação física escolar, além de praticarem diferentes atividades físicas, também entendam sua importância para o desenvolvimento e manutenção da saúde e qualidade de vida dos alunos.

Os autores Warley Carlos de Souza e Bruno Zucherato, no artigo, **Educação inclusiva: reflexões sobre saberes e práticas da organização escolar em foco**, trazem reflexões importantes a respeito da influência das políticas neoliberais para a educação escolar e, conseqüentemente, ao processo de exclusão de uma parcela significativa da população, mais especificamente, de mulheres, negros e deficientes, ao acesso das conquistas históricas da ciência. Para os autores, a educação ofertada aos grupos minoritários, visa tão somente atender aos interesses do modo de produção capitalista, ligando a instrumentalização do ensino e formação de mão de obra para manutenção do sistema de classes. Além disso, o estudo sinaliza que a implantação da educação inclusiva foi realizada, no país, de forma vertical e descolada da realidade, resultando em um processo de ensino e aprendizagem pouco efetivo para as classes subordinadas. Daí a necessidade de mudanças no sistema educacional, para que sua estrutura seja universalista e inclusiva e atenda aos diferentes grupos educacionais, dentre eles, o público de inclusão. Assim, a educação inclusiva deve ser proposta e desencadeada pelo Estado e não somente pelas instituições de ensino e seus professores. A luta pela inclusão deve ser de todos(as).

As autoras Rafaiany Almeida Cabral, Lorrany Kalliny Cardoso Queiroz e Grazielle Borges de Oliveira Pena trazem, no artigo, **Estudo sobre a motivação dos alunos ingressantes na Licenciatura em Química da UFMT/CUA para escolha e permanência no curso**, os resultados de uma pesquisa realizada com os alunos ingressantes no Curso de Licenciatura em Química, em 2019, no Campus Universitário do Araguaia. O objetivo das autoras consistia em compreender os motivos que levaram os alunos a escolherem o curso de licenciatura em química e a motivação para concluí-lo. O referencial teórico pautou-se em autores como Tardif e Lessard (2014); Bueno (1993) e Adachi (2009) que abordam questões referentes à formação de professores. A pesquisa mostrou um número significativo de evasão no curso e, segundo as autoras, os motivos desse abandono são diversos. Dentre eles, destacam-se fatores externos e internos: os primeiros, basicamente dizem respeito a desvalorização da docência, a precarização nas condições de trabalho, as exigências decorrentes do exercício da profissão, carreiras mais promissoras; os internos, relacionam-se

ao pouco incentivo recebido por parte de alguns professores durante a formação inicial, as fragilidades na relação professor-aluno, os procedimentos didático-pedagógicos, as exigências próprias do curso, entre outros que fazem com que os alunos deixem de concluir o curso. Por fim, as autoras sinalizam para a importância dos alunos terem um acompanhamento mais individualizado durante a graduação e a profissão docente seja mais valorizada no curso, para que os alunos se sintam motivados a seguir a carreira docente.

A professora Valéria Marcia Queiroz e os acadêmicos Kaique de Oliveira e Rans Miler Pereira Dantas trazem, no artigo, **Formação continuada dos coordenadores pedagógicos: ênfase no Documento de Referência Curricular de Mato Grosso**, reflexões a respeito dos referenciais teórico-filosóficos que fundamentam o Documento de Referência Curricular do Estado de Mato Grosso (DRC/MT) - Concepções para a Educação Básica. Destacam a importância da compreensão das concepções positivista, de David Émile Durkheim, o pragmatismo, de John Dewey e o materialismo histórico e dialético, de Karl Marx, na formação dos coordenadores pedagógicos para que possam coordenar tanto a formação continuada no *locus* das escolas como a reelaboração do Projeto Político-pedagógico, enquanto documento que expressa o posicionamento político e pedagógico da instituição e, conseqüentemente, norteia suas práticas didático-pedagógicas.

O artigo, **Formação continuada na perspectiva da teoria desenvolvimental: sentidos e reflexões**, de Sandra Maria Araújo, Kelly Cristina Ferreira e Thainara Nominto Silva, traz a percepção das autoras a respeito da apropriação de conceitos da teoria histórico-cultural, de Vygotsky e da teoria desenvolvimental, de Davídov e das contribuições para o processo de ensino e aprendizagem aos alunos. Esses estudos fazem parte do projeto de pesquisa “Teoria Desenvolvimental: contribuições à atividade de ensino-aprendizagem”, em desenvolvimento no Campus Universitário do Araguaia, da Universidade Federal de Mato Grosso, que tem como objetivo analisar as mudanças que ocorrem na atividade de ensino-aprendizagem dos professores que atuam em instituições de educação básica na cidade de Barra do Garças/MT, ao se apropriarem dos referenciais teóricos da teoria desenvolvimental. Para as autoras, esse arcabouço teórico permite a realização de reflexões e sentidos a respeito da formação pessoal e profissional de professores e da necessidade de recriar as práticas didático-pedagógicas que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

O artigo, **Impasses da educação inclusiva: o luto simbólico do filho idealizado e o ensino da língua portuguesa para alunos surdos**, de Bruno Rege Lopes e Mônica Maria dos Santos, aborda o processo de luto vivenciado pelos pais quando do nascimento de um filho com comprometimento sensorial. Fundamentados em autores como Zoring (2010); Ferreri, Piccini, Lopes (2007); Vendrusculo (2014); Pires (2012) e outros, pontuam que vivenciar esse momento de luto é necessário para que os pais passem por uma reestruturação interna e deixem que o filho surdo conquiste seu espaço no contexto social. A demora na aceitação da particularidade sensorial do filho pode trazer implicações no que diz respeito ao processo de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua, uma vez que a Libras contribui para descrições, analogias e metáforas que colaboram para o aprendizado da L2, principalmente durante o processo de alfabetização.

O artigo, **Jogos e brincadeiras tradicionais e populares na visão das crianças de Pontal do Araguaia/MT**, de autoria dos professores Joás Dias de Araújo Cavalcante e Alessandra Barros de Sales, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada na cidade de Pontal do Araguaia/MT a respeito dos jogos e brincadeiras que as crianças mais conhecem e utilizam no dia a dia. Os autores pontuam que tanto as brincadeiras como os jogos são construções culturais e se modificam no decorrer do processo histórico. Destacam que brincadeiras tradicionais como ‘esconde-esconde’, ‘pega-pega’ e ‘queimada’ sobrevivem ao tempo e os jogos disponíveis em meios eletrônicos como *Free Fire*, *Minecraft* e futebol que são os mais praticados pelas crianças, seja no contexto escolar ou em casa.

O artigo, **Letramento digital, ensino e práticas sociais**, de autoria de Eduardo Almeida Flores e Carla Conti de Freitas, discorre a respeito das novas linguagens tecnológicas, principalmente as digitais, que requerem novos letramentos, ou seja, novas práticas sociais, novos modelos de comunicação e novas possibilidades de leituras. Os autores contaram com o aporte teórico de Jordão (2007); Lajolo e Zilberman (2009); Street (2013); Fiorin (2015); Dudeney *et.al.* (2016), entre outros que discutem os progressos tecnológicos e as linguagens digitais na sociedade, assim como, a necessidade de desenvolvê-las nas práticas de ensino. Essas mudanças, envolvendo as tecnologias e as linguagens digitais, não excluem os conhecimentos e as linguagens tradicionais que preservam a identidade social e cultural. Assim, considerar essas linguagens e letramentos, acaba se constituindo em desafio aos profissionais da educação que precisam lidar com práticas de ensino que preservem a

identidade dos grupos sociais e, ao mesmo tempo, preparem os estudantes para a inserção no desenvolvimento das linguagens digitais.

O artigo, **Momentos de formação docente: estágio supervisionado, currículo e a educação geográfica**, produzido por Hugo Heleno Camilo Costa e Jorge Douglas Costa Santos, propõe uma reflexão em relação ao processo de formação do profissional docente da educação básica, dando ênfase ao estágio supervisionado. Para isso, recorrem a autores como Ball, Gold e Bowe (1992); Pimenta e Lima (2005); Piconez (2012); Kulcsar (2012); Fazenda (2012) e Giroto (2016) entre outros que discutem a respeito da formação docente, do estágio supervisionado, do currículo e, mais especificamente, da educação geográfica. Os autores afirmam que a disciplina de estágio supervisionado não pode ser vista somente como a parte prática de um curso de licenciatura e nem a única responsável pelo estabelecimento de elo entre a escola campo e o graduando. Pontuam que teoria e prática devem estar indissociadas e articuladas com a realidade cultural escolar e que o estagiário precisa assumir uma identidade docente, evitando ações mecânicas e pautadas na transposição de técnicas e regras em sua prática docente.

O artigo, **O estágio supervisionado dos cursos de licenciatura da UFMT Araguaia: reflexões sobre teoria e prática**, de autoria de Admur Severino Pamplona e Wanderleya Nara Gonçalves Costa, trazem uma análise do Estágio Supervisionado obrigatório, presente nos Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Geografia, Letras e Literatura, Matemática e Química, a partir dos itens: carga-horária, números de disciplinas, articulação teoria e prática e critérios de composição das disciplinas de estágio. Os autores pautam-se em Zibalza (2014); García (1994); Pimenta (2009) e Souza Neto e Silva (2014) para pensar a identidade docente, as relações entre teoria e prática e o currículo escolar, mais especificamente a partir das mudanças impostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo dos autores é promover reflexões que colaborem para a constituição de práticas de estágio que integrem as diferentes licenciaturas na perspectiva de uma constituição da identidade docente e gerem resultados relevantes no que se refere à integração dos estágios com a pesquisa, a extensão e o ensino na/sobre a educação básica.

O artigo, **Reforma do estado e suas contradições**, produzido por Eulália Gonçalves Souza Oliveira, Sandorlei Aparecido da Silva e Ari Raimann, trata da função do estado gestor em relação às políticas públicas de educação e sua materialização no campo educacional, a partir da reforma do estado brasileiro, intensificada na década de noventa e agravada no

governo de Fernando Henrique Cardoso que, ao atender as prerrogativas dos Organismos Multilaterais Internacionais (OMI), transfere recursos do setor público para o setor privado. Para isso, utilizam-se de autores como Evangelista e Shiroma (2007); Ball (2002; 2004); Antunes (2009); Ferretti (2016), e outros que discutem as consequências da intervenção direta da OMI, principalmente na perda da garantia de direitos sociais. Isso decorre do enfraquecimento do estado brasileiro e da potencialização do sistema capitalista que tem trazido, especificamente aos trabalhadores da educação, sérias consequências como: precarização das condições de trabalho, mercantilização da educação, currículo utilitarista e pragmático que visa resultados, cerceamento da autonomia didático-pedagógica, entre outros que acentuam as desigualdades sociais e culturais da sociedade brasileira.

O dossiê “**Fórum das Licenciaturas Araguaia 2019**” conta com uma entrevista realizada junto ao Coordenador do Evento, Prof. Me. Mauro José de Souza, que falou de suas experiências profissionais tanto na educação básica como no ensino superior, mais especificamente no Curso de Licenciatura em Educação Física, da atuação na coordenação do Programa Formação de professores: Diálogos entre a Universidade e a Educação Básica, do Projeto de Extensão - Licenciatura em Debate: formação continuada de docentes da UFMT/CUA, da coordenação do III Fórum de Licenciaturas Araguaia, dos desafios de desenvolver um trabalho coletivo e da importância do diálogo entre os cursos de licenciatura do Campus Universitário do Araguaia e a Educação Básica.

Cada produção, com suas respectivas particularidades, nos deixou muito orgulhosos por estarmos vencendo os desafios impostos pelas atuais políticas e, ao mesmo tempo, resistindo contra o desmantelamento da educação pública e de qualidade para todos(as).

Desejamos uma boa leitura e excelentes reflexões!

Prof.^a Dr.^a Marilene Marzari

Prof. Victor Alves Santos

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

Campus Universitário do Araguaia (CUA)